

A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES COMO PROPOSTA PARA O GERENCIAMENTO E CONTROLE DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Émilin de Jesus Casagrande de Souza (*), Patricia Darolt de Costa; Luiz Henrique Rosa da Silva; Joel da Rosa

* Azteca Software LTDA, Azteca, emilin@e-licencie.com.br

RESUMO

O licenciamento ambiental é um processo administrativo que resulta, ou não, na emissão de uma licença ambiental. O licenciamento ambiental foi introduzido no país com a lei da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, e com critérios definidos de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental para manutenção do equilíbrio ecológico. E como forma de buscar essas melhorias de preservação, recuperação e controle, os órgãos ambientais (FATMA, IBAMA, Prefeituras, Fundações Municipais entre outros) passaram a exigir das empresas determinadas licenças por suas instalações e serviços. O problema se constituiu em situações onde profissionais autônomos ou empresas são responsáveis pelo atendimento dos prazos das licenças ambientais e dos vencimentos das mesmas, mas não conseguem fazer o correto gerenciamento devido a grande demanda e datas que são esquecidas. Com base nas dificuldades levantadas buscou-se identificar o interesse desses profissionais em utilizar ferramentas de gerenciamento e gestão ambiental de suas licenças de forma a facilitar o gerenciamento e controle das mesmas. Neste contexto, este trabalho teve como objetivo propor uma solução para as dificuldades encontradas por profissionais na área de meio ambiente (profissional autônomo, escritórios de consultoria ambiental ou em empresas), por meio de desenvolvimento de uma ferramenta como proposta para o Gerenciamento e Controle de Licenças Ambientais. A criação do software possibilita aos profissionais autônomos e prestadores de serviços a organizar e otimizar melhor seu tempo de forma a dedicarem-se em outros projetos, orçamentos e clientes, pois não haveria a necessidade de conferir agendas e planilhas periodicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Licenciamento ambiental, gestão ambiental, software, controle de prazos.

INTRODUÇÃO

O licenciamento ambiental foi instituído no Brasil através da Lei 6.938 publicada em 1981, como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente e com critérios definidos de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental para manutenção do equilíbrio ecológico. E como forma de estar buscando essas melhorias de preservação, recuperação e controle, os órgãos ambientais (FATMA, IBAMA, Prefeituras, Fundações Municipais entre outros) passaram a exigir das empresas determinadas licenças por suas instalações e serviços.

De acordo com FIRJAN (2004, p. 05) as “licenças ambientais são procedimentos no qual o poder público, representado por órgãos ambientais, autoriza e acompanha a implantação e a operação de atividades, que utilizam recursos naturais ou que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras”. Passando a ser obrigação do empreendedor, prevista em lei, buscar o licenciamento ambiental junto ao órgão competente, desde as etapas iniciais de seu planejamento e instalação até a sua efetiva operação. Nesse sentido, diante do exposto, prestadores de serviços na área de meio ambiente (tais como escritórios, técnicos e profissionais liberais) lidam com as necessidades constantes de atender prazos legais e exigência de suas licenças em órgãos como FATMA, DNPM, prefeituras, fundações municipais, entre outros.

Segundo Rosa e Colaboradores (2012), no XIX Congresso Brasileiro de Custos, em cinco anos, em Santa Catarina, foram emitidas 254 autos de infração para postos de combustíveis, gerando um passivo financeiro na ordem de R\$ 1,15 milhão em multas. A quantidade de datas de vencimentos e prazos para diferentes exigências requer ferramentas para que esse controle seja feito em cadernetas ou softwares não específicos de processos de licenciamento. O descuido com esses prazos legais acarreta penalidades aos profissionais e empreendedores gerando possíveis multas, embargos e cassação da licença ambiental (PESSOA, 2002).

O problema se constitui em situações onde profissionais autônomos ou empresas são responsáveis pelo atendimento dos prazos das licenças ambientais e dos vencimentos das mesmas, mas não conseguem fazer o correto gerenciamento devido a grande demanda e datas que são esquecidas. Geralmente escritórios ou profissionais autônomos possuem grande quantidade de clientes, cada cliente tem várias licenças ambientais e cada licença é composta por diversas condicionantes e cada condicionante e licença possuem atividade com prazos legais e necessidade de serviços e produtos específicos para o atendimento. Isso também vale para empresas que possuem licenças ambientais, onde muitas vezes a licença é composta por inúmeras condicionantes, dificultando o controle das mesmas.

Segundo Moura (2016), quando o controle e a gestão de documentos é bem-feito, isso ajuda ainda mais no crescimento do negócio. Pois, com a facilitação de gerenciamento dos documentos, bem como controle e aviso de prazos e vencimentos, o gestor ambiental (profissional autônomo, escritórios, ou em empresas), passa a ter mais tempo para se dedicar em outras áreas do negócio, como por exemplo na busca de novas demandas de clientes.

OBJETIVO

Este trabalho teve como objetivo propor uma solução para as dificuldades encontradas por profissionais na área de meio ambiente (profissional autônomo, escritórios de consultoria ambiental ou em empresas), por meio de desenvolvimento de uma ferramenta como proposta para o Gerenciamento e Controle de Licenças Ambientais.

METODOLOGIA

Para a realização do estudo de caso realizou-se um levantamento detalhado por meio da aplicação de um questionário com os profissionais, empresas e órgãos responsáveis a fim de identificar e traçar as principais dificuldades quanto ao licenciamento Ambiental desses empreendimentos.

Com base nas dificuldades levantadas buscou-se identificar o interesse desses profissionais em utilizar ferramentas de gerenciamento e gestão ambiental de suas licenças de forma a facilitar o gerenciamento e controle das mesmas.

Para a determinação e criação do software inicialmente aplicou-se um questionários juntos aos profissionais. O questionário teve como objetivo levantar o maior número de pessoas que tinham interesse em adquirir o software.

E ao final esses dados levantados, foram compilados para a elaboração e desenvolvimento de um software para a área de meio ambiente voltado ao auxílio da gestão dessas licenças.

O questionário faz parte de um modelo chamado de Mínimo Produto Viável (MVP). O MVP é uma prática de administração de empresas que consiste em lançar um novo produto ou serviço com o menor investimento possível, para testar o negócio antes de aportar grandes investimentos (ALBERTIN, 2000).

RESULTADOS

Diante da dificuldade encontrada pelos profissionais e empresas em gerenciar suas licenças de forma que possam cumprir as condicionantes ambientais e as renovações no prazo a fim de evitar multas, embargos e desconfortos ao empreendedor propõem-se a criação de um software para o controle de licenças ambientais.

O primeiro resultado obtido foi a entrega do MVP do software. É importante salientar que o MVP, é versão mínima do produto, ou seja, apenas com as funcionalidades necessárias para que ele cumpra a função para a qual foi planejado onde a partir do MVP testa-se a eficiência do produto, sua usabilidade, aceitação no mercado, comparação com a concorrência, entre outras formas de validar.

Logo após esta etapa o produto foi então validado. Essa validação faz com que o produto neste caso o software voltasse para as etapas de desenvolvimento e aprimoramento, para só ganhar o mercado propriamente, com investimento em marketing entre outros.

O software permite o controle e gerenciamento dos processos de licenciamentos e condicionantes por meio de sistemas de avisos via celular de quando os prazos estão encerrando, bem como outra etapa ainda em desenvolvimento é o controle do protocolo de documentos pendentes e situação das licenças, auxiliando na tomada das providências necessárias para cada situação.

Portanto, a melhor solução para coordenar os diferentes aspectos da sua empresa é contar com um bom software de gestão, pois quando o controle é feito de forma eficiente, isso ajuda ainda mais no crescimento do negócio.

CONCLUSÕES

A criação do software possibilita aos profissionais autônomos e prestadores de serviços a organizar e otimizar melhor seu tempo de forma a dedicarem-se em outros projetos, orçamentos e clientes, pois não haveria a necessidade de conferir agendas e planilhas periodicamente. Assim como, auxiliará empresas ou pessoas que possuem negócios na área



de meio ambiente que querem ter o controle de suas condicionantes, uma vez que poderão responder legalmente em caso de não cumprimento de prazos e condicionantes.

Proporciona ainda aos empreendedores uma melhor disposição e segurança de suas atividades bem como identificação de fornecedores específicos para seus processos ambientais, escolha e filtragem dos serviços oferecidos por essas empresas. Gerando assim, uma redução, ou seja, evitando multas ou embargos das obras por licenças atrasadas ou condicionantes relacionadas os vencimentos dos prazos legais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBERTIN, Alberto Luiz. Comércio Eletrônico: Modelo, Aspectos e Contribuições de sua Aplicação. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.
2. BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 31 ago. 1981.
3. FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Manual de Licenciamento Ambiental: Guia de Procedimento Passo a Passo**. Rio de Janeiro, GMA, 2004, 28 p.
4. MOURA, Malu Brandão. **A importância da Utilização de um Software de Gestão na Controladoria: Um estudo de Caso no Setor da Construção Civil**. VII Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica. São Paulo, 2016, 30 p.
5. PESSOA, Leonardo. **Questão de Direito Tributário da Prova Prática do Profissional da OAB**. Universidade Federal de FGV. Rio de Janeiro, 2012, 200 p.
6. ROSA et al. **Geração de Energia a Partir de Resíduos do Lixo e Óleos Vegetais**. In: TOLMASQUIM, M. T. (org.). Fontes Renováveis de Energia no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência : CENERGIA, 2012. p.93-161.